

# Capítulo 1

## Introdução e contexto histórico

O objectivo deste estudo é analisar o sistema partidário português desde 1974 até às eleições legislativas de 2005, detalhando a sua natureza, dinâmicas e determinantes. Embora os partidos individuais tenham sido estudados — em Bruneau (1997b), por exemplo — o sistema partidário permanece uma área ainda longe de estar plenamente explorada na bibliografia emergente de ciência política sobre Portugal. Assim, pretende-se aqui apresentar um estudo abrangente e rigoroso do sistema de partidos português, em termos dos padrões de interacção sistémicos entre os partidos, quer da competição interpartidária, quer da sua cooperação.

Este estudo concentrar-se-á no período desde 1974, usando os conceitos e modelos desenvolvidos para a análise comparativa de sistemas de partidos na Europa Ocidental, com especial ênfase para os países da Europa do Sul — França, Itália e Espanha — cuja cultura política, instituições e sistemas de partidos apresentam similitudes com Portugal (Duverger 1986; Sapelli 1995: 5-10; Morlino 1998). As peculiaridades do caso português, a existirem, apenas podem ser reveladas através da comparação sistemática com outros países europeus. Este trabalho pretende assim também analisar que aspectos do sistema de partidos português são comuns aos seus vizinhos europeus, e que dimensões são singulares. Dada a existência de originalidades, considerar-se-á até que ponto estas podem ser satisfatoriamente enquadradas nos modelos existentes sobre sistemas de partidos, ou se poderão sugerir a necessidade de revisão (ou, no limite, rejeição) de alguns conceitos gerais.

A revolução dos cravos de Abril de 1974 derrubou um regime autoritário que usava as eleições não para permitir mudanças no governo mas para confirmar a sua permanência no poder e tornar identificável a oposição. Mais de trinta anos depois, torna-se possível analisar numa perspectiva comparativa a evolução do sistema de partidos português, com Portugal a apresentar uma experiência de-

mocrática de duração idêntica à da Alemanha ou Itália na década de setenta; mais longa que a IV República francesa, e tão longa quanto a V República no final da década de oitenta.

O sistema político actual de Portugal apresenta as características expectáveis de uma democracia liberal europeia consolidada, com eleições livres e regulares que determinam a composição dos governos, executivos estáveis e alternância no poder, partidos políticos que apoiam os valores democráticos e «um contexto onde as liberdades e direitos fundamentais não são postos em questão» (Gallagher 1996: 206). Em termos económicos, Portugal tem caminhado de forma clara — ainda que por avanços e recuos — para os níveis do mundo desenvolvido, facto exemplificado pela sua adesão à primeira vaga da moeda comum europeia em finais da década de noventa (Corkill 1993; 1999; Mateus 1998). Ao mesmo tempo, esta aparente normalização foi conseguida recentemente. O crescimento económico substancial data do final dos anos cinquenta/início da década de sessenta (Neves 1994; Sousa 1995), e Portugal permanece um dos países mais pobres da União Europeia<sup>2</sup>. De igual modo, os antecedentes da evolução política de Portugal diferem da experiência da generalidade da Europa Ocidental — mais não seja devido à duração de regimes não democráticos (de 1926 a 1974) no nosso país, existe menos *história* de um sistema partidário. Assim, Portugal (como a Espanha) constitui um caso híbrido — uma democracia que apenas parcialmente partilha a história e experiência das suas congéneres da Europa Ocidental, e contudo suficientemente consolidada e estabelecida para poder ser considerada como parte desse grupo.

Portugal apresenta assim um caso interessante numa perspectiva de política comparada em pelo menos duas dimensões. A literatura existente sobre a evolução de sistemas partidários está essencialmente centrada em sistemas onde as práticas democráticas existem por períodos de tempo substanciais e, pelo menos, desde a Segunda Guerra Mundial<sup>3</sup>. De igual modo, os processos de democratização — tanto a transição como a consolidação democrática — têm sido amplamente estudados<sup>4</sup>. Todavia, tem-se dado consideravelmente menos atenção aos sistemas partidários de democracias recém-

---

<sup>2</sup> Corkill (1993: esp. 17-8, 97; 1999: esp. 210).

<sup>3</sup> Ver, por exemplo, Lipset e Rokkan (1967); Dalton *et al.* (1984); Inglehart (1977); Bartolini e Mair (1990); Katz e Mair (1995); Ware (1996); ou Mair (1990) para uma boa revisão geral.

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, os estudos em O'Donnell *et al.* (1986a e 1986b); em Higley e Gunther (1992); O'Donnell e Schmitter (1986); e Linz e Stepan (1996).

-consolidadas como Portugal (ver Mainwaring 1999, para um estudo semelhante no contexto da América Latina, com especial ênfase no caso brasileiro). Estudar tais sistemas providencia assim contrapontos à literatura existente. A aplicabilidade dos modelos existentes a estas democracias recém-consolidadas tem implicações para a sua validade mais geral, permitindo avaliar a asserção de Mainwaring (feita essencialmente a pensar no caso da América Latina) que «a maior parte dos sistemas partidários da terceira vaga apresenta dimensões distintivas que obrigam à reformulação das teorias sobre sistemas de partidos» (1999: 3).

O estudo de sistemas de partidos em democracias recém-consolidadas serve assim também para revelar pressupostos implícitos em modelos e esquemas teóricos dominantes. Lipset e Rokkan (1992) visaram explicar os sistemas partidários típicos da Europa Ocidental, com partidos sociais-democratas de massas, partidos comunistas marginalizados e uma direita dividida, caracterizados por governos de coligação. Contudo, este modelo dificilmente é aplicável a contextos onde o desenvolvimento dos partidos e do sistema partidário foi diferente porque ocorreu posteriormente, como é o caso de Portugal e de Espanha, onde são partidos *catch-all* e não de massas que dominam tanto à esquerda como à direita. Outros estudos, baseados no trabalho pioneiro de Lipset e Rokkan, revelam outros pressupostos implícitos. Assim, o estudo de Bartolini e Mair (1990), sobre mudança e continuidade em sistemas de partidos da Europa Ocidental, parte do pressuposto da clivagem de classe como o grande conflito universal dos sistemas partidários da Europa Ocidental, com partidos de massas pelo menos à esquerda, e com eleitores com forte identificação de classe. Mais uma vez, tal não parece aplicar-se às novas democracias da Europa do Sul, ou pelo menos ao caso português, onde a clivagem de classe é um fraco preditor de comportamento eleitoral (Jalali 2004).

Assim, este estudo não pretende encaixar o sistema partidário português no leito procustiano dos paradigmas existentes de sistemas de partidos. Antes, visa analisar de forma realista e abrangente a estrutura e funcionamento do seu sistema de partidos, numa análise informada pelos conceitos e teorias existentes. As ferramentas comparativas serão utilizadas para compreender as dinâmicas do sistema de partidos, e a sua aplicabilidade possibilitará aferir até que ponto é que o sistema partidário nesta democracia recém-consolidada encaixa nos modelos construídos a pensar em democracias mais antigas. A questão que ficará por responder é se as diferenças que surjam são explicáveis pela consolidação mais recente da democra-

## *Partidos e Democracia em Portugal*

cia portuguesa, ou se se devem a outras dimensões, inexistentes em democracias mais antigas.